

## **O IMPACTO DO AUMENTO DAS RECEITAS SOBRE OS GASTOS MUNICIPAIS: UM ESTUDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE/SC<sup>1</sup>**

Larissa Dondossola Brovedan – Unesc - lara\_brovedan@hotmail.com  
Dimas de Oliveira Estevam – Unesc – doe@unesc.net

### **2 – Gestão e economia do setor público**

#### **RESUMO**

A situação atual da maioria dos municípios brasileiros é o grande endividamento público, caso distinto do município de Morro Grande/SC. Com a instalação de uma grande empresa, a receita pública municipal teve grande aumento, de décimo terceiro, em termos de Valor Adicionado (VA), subiu para a quarta posição, entre os 15 municípios da Região da Amesc (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense). O objetivo deste artigo é analisar o impacto do aumento da receita sobre os gastos municipais, um estudo do município de Morro Grande/SC. A pesquisa é descritiva, bibliográfica, documental, com abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente o artigo, apresenta a contextualização socioeconômica do município, em seguida analisa a receita municipal no período antes da instalação da empresa (de 2003 a 2006) e, posterior (2007 a 2015). Por fim, analisa a trajetória dos gastos públicos municipais por setores no período descrito. Conclui-se que os setores beneficiados com o aumento da receita, foram a educação e a saúde. Contudo, o setor que recebeu maior investimento foi o de infraestrutura, como: construções de prédios públicos, pavimentações de rodovias, aquisição de equipamentos e máquinas, entre outros.

**Palavras-chave:** Receitas públicas. Despesas públicas. Recursos públicos. Investimentos.

#### **1 INTRODUÇÃO**

O município de Morro Grande está localizado na Mesorregião Sul Catarinense, pertencente à região da Amesc (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense). Segundo, o Censo Demográfico de 2010, o número de habitantes era de 2.890 (IBGE, 2010). O município, desde o início de sua colonização, tem no setor primário suas principais atividades econômicas, como é a produção de arroz, fumo, madeira e avicultura.

Contudo, a partir da instalação de uma grande empresa, a economia do município foi profundamente alterada. Se antes predominava atividades agropecuárias e empresas de pequeno porte, depois da implantação da empresa, mudanças profundas causaram grandes impactos na economia, primeiro pela geração de mais de 1.000 empregos direto, atraindo trabalhadores de municípios vizinhos e de outros estados e, outro grande impacto foi na receita pública municipal – Morro Grande era o décimo terceiro em arrecadação da Amesc, passou para o quarto lugar, depois da vinda empresa.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado com base no Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado, por Larissa Dondossola Brovedan, no Curso de Economia da Unesc, no primeiro semestre de 2016. Com o seguinte título: “Aplicação dos recursos públicos no período de 2003-2015: um estudo do município de Morro Grande/SC”.

Com o aumento na receita pública se questiona, como estão sendo gastos esses recursos? Neste sentido, o objetivo do artigo é analisar o impacto do aumento da receita sobre os gastos municipais, um estudo do município de Morro Grande/SC, no período de 2003 a 2006, antes da instalação da empresa e entre 2007 a 2015, depois implantação da empresa.

Inicialmente, foi abordada na análise dos dados, os aspectos socioeconômicos, para compreender o perfil do município de Morro Grande. Após apresentar esses aspectos, foi analisada a arrecadação, destacando as principais receitas do município. E por fim, analisado os gastos por setores.

Embora, Morro Grande tenha uma população inferior a 3.000 habitantes, o município teve grande incremento em sua receita com a instalação da grande empresa em 2007, mas a população permaneceu constante, com leve queda entre 2000 e 2010. Este fato despertou a curiosidade de verificar como estão sendo aplicados esses recursos.

Com efeito, a instalação da empresa tencionou por maior demanda na infraestrutura, como investimentos em rodovias, em estradas, entre outros. É, neste sentido, que se justifica a realização deste artigo, em que se analisou a trajetória da receita e dos gastos públicos do município.

Este artigo está dividido da seguinte forma: o primeiro item trata da introdução; o segundo aborda sobre finanças públicas; o terceiro item refere-se os procedimentos metodológicos; o quarto trata da apresentação e análise de dados; por fim, no quarto e último item, trás as considerações finais.

## **2 FINANÇAS PÚBLICAS E SUAS ATRIBUIÇÕES**

O atributo fundamental das finanças públicas, segundo Pereira (2003), é o caráter intervencionista do Estado, por meio da utilização dos tributos, bem como a personalização dos mesmos, a fim de tornar a tributação mais justa, fazendo com que cada cidadão contribua para o Estado em conformidade com sua capacidade econômica. Por isso, o Estado precisa de recursos para custear os gastos públicos, mas precisa fazer com que a forma de cobrar tributos seja justa. O autor enfatiza que cabe ao Estado, portanto, a responsabilidade de viabilizar o funcionamento dos serviços públicos essenciais demandados pela coletividade. Outro aspecto levantado pelo autor é que o Estado “para sustentar-se e realizar seus objetivos, precisa de receitas, sem as quais não pode existir” (p. 39) para a realização de suas finalidades.

Para que cada cidadão contribua com sua capacidade econômica, tornando a tributação mais justa, surgem às finanças públicas, que representa a atividade fiscal do Estado. A

atividade fiscal é entendida por Pereira (2003, p. 48) “como a desempenhada pelos poderes públicos com o objetivo de obter e aplicar recursos para a manutenção da rede de serviços públicos”. Porém, o termo finanças públicas é entendida por Matias e Campello (2000, p. 40), como o “conjunto de problemas relacionados ao processo de receita-despesa governamentais e dos fluxos monetários. [...] Esse tema trata dos problemas de alocação de recursos, do nível de emprego”, entre outros.

Na essência das finanças públicas, foca-se na captação, na aplicação e distribuição dos recursos utilizados para promover o bem-estar da população residente no Município, tendo como desafio a imposição de políticas orçamentárias. Matias e Campello (2000, p. 40) afirmam que é “a determinação de como os recursos serão alocados, quais instrumentos de distribuição de renda e quais processos de estabilização econômica serão utilizados”. Nesse contexto, para que o governo consiga atingir os objetivos das políticas orçamentárias necessita de três preocupações básicas, denominadas funções fiscais, que são a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora.

As fontes de recursos compõem a receita pública, conforme Pereira (2003, p.42), “caracteriza-se como um ingresso definitivo de recursos no patrimônio público, sem qualquer compromisso ou obrigatoriedade, aumentando as disponibilidades do tesouro”. Essas fontes são advindas de três esferas: recursos humanos, materiais e financeiros.

A fonte de recursos humanos vem dos servidores públicos que ofertam mão de obra à entidade. Já a fonte de recurso material tem origem daqueles que prestam serviço ou fornecem materiais à organização em questão. A última fonte de recurso, que é o financeiro, é composta pelos contribuintes e agentes financeiros, podendo ser via créditos financeiros e tributos. Matias e Campello (2000) consideram que os tributos podem ser captados tanto de forma direta, por meio de arrecadação de tributos próprios, quanto de forma indireta, quando transferidos de outra esfera governamental.

Então, as diversas formas de fonte de recursos financeiros englobam: receita tributária, receita patrimonial, receita industrial, receita de contribuições, receitas agropecuárias, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. E a receita de capital engloba operação de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Pode-se resumir a receita tributária como a receita advinda de tributos – impostos, taxas e contribuição de melhoria – estabelecidos na legislação tributária. Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p.182) consideram que é “uma receita privativa das entidades investidas do poder: União, Estados, Distrito Federal e os Municípios”.

As receitas são classificadas como correntes e de capital, divida por categorias: a receita de contribuições inclui as contribuições sociais e as econômicas, podendo ser confundidas com os tributos, porém são encargos fiscais. A receita patrimonial é resultado da exploração econômica do patrimônio da instituição, como os juros, aluguéis, entre outros.

A receita agropecuária abrange agricultura, pecuária, silvicultura, além de produtos que não são considerados industriais, ou seja, é oriunda das atividades agropecuárias. Já a receita industrial é proveniente de atividades industriais, desde extrativa mineral até remoção do lixo. E a receita de serviços é de origem de atividades como comércio, transporte, serviços culturais, entre outros.

Outra receita considerada corrente são as transferências correntes, para Giacomoni (2002) são os recursos financeiros recebidos de pessoas jurídicas ou físicas e que serão aplicados no atendimento de despesas correntes. Um exemplo desse tipo de receita é a cota-parte do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), em que um município, por exemplo, recebe do Estado. Outro aspecto levantado pelo autor (2002, p. 137) é que:

[...] o que determina a classificação da receita é, em primeiro lugar, a origem do recurso, isto é, a receita é transferida e não própria, e em segundo lugar, sua destinação: é uma Transferência Corrente se os recursos forem aplicados em Despesas Correntes; no caso de destinação específica para aplicação de Despesas de Capital, a receita será uma Transferência de Capital.

E por fim, como classificada receita corrente, temos as outras receitas correntes não classificadas anteriores, sendo multas, indenizações, juros de mora e receitas diversas.

A primeira receita classificada como de capital, são as operações de crédito, que equivalem à captação de recursos para financiar empreendimentos públicos, ou também, para cobrir desequilíbrios orçamentários. Tem-se também, a alienação de bens, que engloba as alienações de bens patrimoniais, como ações, títulos, entre outros.

Amortização de empréstimos equivale ao empréstimo concedido pela entidade governamental para pessoas ou a outros governos, ou seja, é o valor recebido por parcelas de empréstimos concedidos em títulos ou contratos. As transferências de capital são similares às transferências correntes, porém devem ser destinadas somente a despesas de capital. E por fim, as outras receitas de capital, que são aquelas que não são classificadas nas outras fontes.

Assim como as classificações das receitas, as despesas também são classificadas como correntes e de capital. Com isso, despesas correntes são aquelas destinadas a produção de bens e serviços correntes, dessa forma, possibilitando determinar a participação da administração pública no consumo. Como despesas de capital classificam as concessões de empréstimos, as que contribuem para aquisição de bens e as amortizações da dívida.

O primeiro tipo de despesa corrente é o gasto com pessoal e encargos sociais, identificadas por Giacomoni (2002, p. 108) do seguinte modo:

Despesas de natureza salarial decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade de empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, [...] despesas com ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público [...].

A despesa, juros e encargos da dívida equivalem ao pagamento de juros, comissões e encargos de operações de crédito. Já as outras despesas correntes, são aquelas de aquisição de material de consumo, contribuições. As despesas de capital abrangem três grupos: o primeiro é a despesa com investimentos, que é o planejamento e execução de obras, além de aquisições de equipamentos e material permanente; o segundo grupo são as inversões financeiras, que abrange a aquisição de imóveis em utilização, Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p. 252) identificam que:

São dotações destinadas a aquisições de imóveis, ou de bens de capital já em utilização na economia; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital social; e constituição ou aumento do capital de empresas ou entidades que buscam objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

O último grupo é a amortização da dívida, que segundo Giacomoni (2002) são as despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública, contratual ou mobiliária.

Todavia, o Estado deve ter transparências em suas contas públicas, nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi criada para garantir a qualidade das ações da gestão fiscal dos Estados e Municípios, para não exceder os gastos públicos previstos. A LRF estabelece limites para gasto com pessoal, limita o endividamento público e prevê penas em caso de descumprimento da lei. No caso do gasto com pessoal, nas esferas governamentais, como na União, só pode comprometer 50% da Receita Corrente Líquida (RCL). Já em nível estadual e municipal, pode-se comprometer no máximo 60% da RCL. A LRF, foi aprovada em 2000, possibilitou mudanças na estrutura pública, favorecendo o equilíbrio fiscal, ou seja, definindo normas de finanças públicas.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos adotados no presente artigo foi o descritivo que para Andrade (2010) nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira nele. Ou seja, os dados não são manipulados, mas descritos e analisados conforme apresentados originalmente na fonte documental. A análise dos dados desta pesquisa foram feitos em fontes documentais secundárias. Segundo Marconi e Lakatos (2008), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restritos a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.

As fontes de informações foram obtidas em demonstrativos dos anos propostos, 2003 – 2015, fornecidas pela Prefeitura Municipal de Morro Grande via demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades realizadas no município. Quanto às informações sobre os aspectos socioeconômicos de Morro Grande, foram utilizadas fontes disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Então, a partir dos procedimentos descritos acima, foi efetuada a coleta de dados. Marconi e Lakatos (2008) consideram que é uma etapa de pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos. Depois de realizada a pesquisa, os dados foram analisados, interpretados e representados graficamente.

Com o intuito de formular e elaborar os dados para análise foi utilizada a abordagem de análise quantitativa. Segundo Pinheiro (2010), a pesquisa quantitativa define-se como a escolha da abordagem de quantificação da coleta de informações, do tratamento dos dados e do uso estatístico nas análises. O autor, ainda, define que a análise requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana). O tipo de pesquisa quantitativa procura relacionar as variáveis, além da relação de causalidade entre as ações. Richardson (1999) considera que o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, consequentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.

Como método estatístico para apoiar a análise, foi utilizado o teste t. Este teste segundo Dancey e Reidy (2013) avalia se existe uma diferença significativa entre as médias das duas condições. Assim, facilitando a identificação da diferença entre duas amostras estatisticamente significativa. Exemplificando, Peternelli (2004) afirma que o teste de significância corresponde a uma regra decisória que nos permite rejeitar ou não rejeitar uma hipótese estatística com base nos resultados de uma amostra. Onde a hipótese nula deve ser testada. Assim, se o resultado for nulo, se aceitaria esta hipótese, caso contrário, será

rejeitada. Observa-se que, os dados obtidos foram corrigidos a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo como base o ano de 2015. Neste sentido, os valores apresentados neste artigo, são valores reais.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste item serão apresentados os aspectos populacionais, educacionais, e de saúde, ou seja, aspectos socioeconômicos. Estes aspectos são distribuídos em produção agrícola, valor adicionado do município em comparação com os demais municípios da região da Amesc. Ainda neste item, são apresentados a composição da receita total, demonstrando a evolução dos indicadores no decorrer dos anos de 2003 a 2015. Além disso, se analisa a aplicação dos recursos arrecadados, ou seja, as despesas que exigem mais recursos, como despesa com pessoal, infraestrutura, educação, saúde, entre outras.

### 4.1 aspectos socioeconômicos do município de Morro Grande/SC

O município de Morro Grande está localizado no extremo sul catarinense na região da Amesc, com área territorial de 258,18 Km<sup>2</sup>. Sua colonização iniciou-se em 1918, pelos migrantes italianos vindos de Rancho Queimado (Morro da Fumaça/SC), Rio do Galo (Urussanga/SC), Vila Nova (Içara/SC) e Morro Estevão (Criciúma/SC). O município teve sua emancipação no dia 30 de março de 1992 e sua primeira eleição em 03 de outubro de 1992. Antes de sua emancipação, o município era distrito de Meleiro.

Tabela 1 - População rural e urbana do município de Morro Grande

Ano	População Rural	População Urbana	% Rural	% Urbana	População total residente
2000	2.180	737	74,73	25,27	2.917
2010	2.134	756	73,84	26,16	2.890

Fonte: Censo do IBGE (2000 e 2010).

Conforme os dados da tabela 1, a população em 2000 era de 2.917 habitantes, porém no Censo de 2010, a população do município baixou para 2.890 pessoas. Em 2010, mais da metade (52%) da população era do sexo masculino. Dos 2.890 habitantes, 2.134 (73,84%) residiam na área rural do município e 756 (26,16%) em área urbana, como a tabela 1, acima.

Em relação ao número de alunos matriculados na rede municipal, conforme dados da tabela 2, o número de matrículas tem diminuído: em 2005 eram 47 alunos no pré-escolar,

passou para 34 em 2012, já no Ensino Fundamental, tinha-se 447 alunos baixou para 352 em 2012. O Ensino Médio teve um ligeiro aumento, de 111 em 2005 subiu para 121 em 2012.

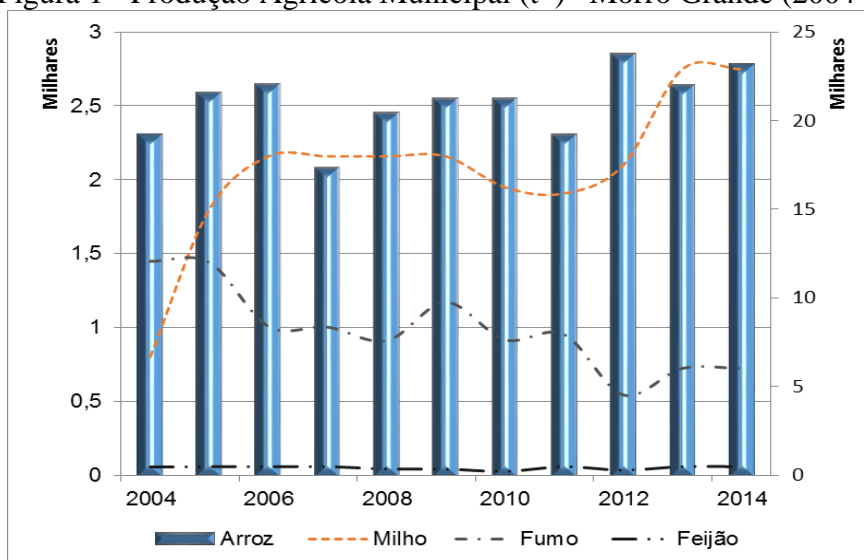
Tabela 2 - Ensino Escolar no Município de Morro Grande

Nível de Ensino	2005	2009	2012
<b>Pré-escolar</b>	47	76	34
<b>Ensino Fundamental</b>	447	373	352
<b>Ensino Médio</b>	111	111	121

Fonte: IBGE (2005, 2009 e 2012).

No município a produção agrícola é predominante, possuindo lavouras temporárias e permanentes. A lavoura permanente se tem a produção de banana e eucalipto, as lavouras temporárias abrangem, principalmente, a produção de arroz, milho, fumo e feijão. A produção anual de cada tipo de lavoura pode ser observada na figura 1 que segue.

Figura 1 - Produção Agrícola Municipal (t\*)– Morro Grande (2004-2014)



Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal – 2004-2014)

\*t - toneladas

Como ilustra a figura 1, acima, a rizicultura representa mais de 80% da lavoura temporária. Diferente dos demais produtos apresentados na Figura, que não chega a 3.000 toneladas de produção ao ano.

Tabela 3 - Produção de arroz (2004-2014) – Município de Morro Grande

Ano	Área produzida	Produção a.a. (t)	Produtividade (t/ha)	Variação Anual
<b>2004</b>	2.850	19.238	6,75	-
<b>2006</b>	3.150	22.050	7,00	14,62
<b>2008</b>	3.150	20.475	6,50	-7,14
<b>2010</b>	3.150	21.262	6,75	3,84
<b>2012</b>	3.150	23.767	7,55	11,78



<b>2014</b>	3.150	23.200	7,37	-2,39
-------------	-------	--------	------	-------

Fonte: IBGE. (Lavoura Temporária).

Na tabela 4, se apresenta as lavouras temporárias, é possível identificar o percentual que cada uma representa, conforme demonstrado na tabela que segue.

Tabela 4 - Comparação de produção entre as lavouras temporárias no Município de Morro Grande (2004-2014)

Ano/Lavoura	Arroz (%)	Milho (%)	Fumo (%)	Feijão (%)
<b>2004</b>	89,33	3,71	6,71	0,25
<b>2005</b>	86,75	7,24	5,79	0,22
<b>2006</b>	87,26	8,55	3,97	0,22
<b>2007</b>	84,37	10,50	4,86	0,27
<b>2008</b>	86,81	9,16	3,85	0,18
<b>2009</b>	86,32	8,77	4,74	0,17
<b>2010</b>	88,03	8,07	3,78	0,12
<b>2011</b>	86,86	8,61	4,29	0,25
<b>2012</b>	89,88	7,94	2,04	0,13
<b>2013</b>	86,18	10,78	2,82	0,22
<b>2014</b>	86,81	10,29	2,69	0,21

Fonte: IBGE. (Lavoura Temporária).

Em relação produção pecuária, conforme os dados da tabela 5 se destacam a produção de frango e leite.

Tabela 5 - Pecuária – Produção no Município de Morro Grande – (2004-2014)

Ano	Bovinos (Un.)	Galinha (Un.)	Frango (Un.)	Leite (L)
2004	1.900	28.000	420.000	420.000
2006	1.860	29.000	550.000	410.000
2008	3.294	398.000	500.500	198.000
2010	3.391	130.000	1.000.000	201.000
2012	3.276	140.000	1.050.000	375.000
2014	3.850	92.000	991.000	992.000

Fonte: IBGE. (Pecuária).

Em relação ao pessoal ocupado no município, até 2005 predominava o setor madeireiro e vestuário. A partir de 2006, com a instalação da empresa, o número de pessoas ocupadas teve grande aumento. Contudo, não foram somente os habitantes do município que foram empregados, houve grande número de trabalhadores vindo de cidades vizinhas. A tabela 6 mostra, o grande aumento de empregos gerados desde que a empresa começou a atuar. A empresa, inicialmente, contratou cerca de 250 empregos diretos, sendo que, em 2010, chegou a 1.422 trabalhadores (OLIVEIRA, 2010). Atualmente, emprega em torno de 1.200 trabalhadores diretos.

Tabela 6 - Empresas atuantes e Pessoal Ocupado no município de Morro Grande – (2006-2013).

Ano	Empresas Atuantes	Variação (a.a.) %	Pessoal Ocupado	Variação (a.a.)%
2006	65	-	326	-
2007	89	37	690	112
2008	80	-10	1092	58
2009	80	0	1575	44
2010	103	29	2484	58
2011	99	-4	3166	27
2012	101	2	2845	-10
2013	109	8	2058	-28

Fonte: IBGE (2006-2013).

Cabe destacar que o impacto da empresa não se restringiu a geração de empregos. Na região da AMESC, no ano de 2006, conforme os dados da tabela 7, em termos de valor adicionado, o município ocupava a 13ª posição entre os 15 municípios. Sua economia era predominantemente, primária, representando em torno de 88% do total, conforme apresentado na tabela 7 que segue.

Tabela 7 – Valor Adicionado Município de Morro Grande em relação à AMESC, em 2006. (2015=100)

Posição	Municípios AMESC	Nº de Habitantes	VA* (R\$)	Renda Per Capta (a.a.) (R\$)	Renda Per Capita (a.m.) (R\$)
1º	Araranguá	54.706	628.629.136,52	11.491,05	957,59
2º	Turvo	10.887	280.710.876,52	25.784,04	2.148,67
3º	Sombrio	22.962	211.267.598,03	9.200,75	766,73
4º	Jacinto Machado	10.923	162.697.045,12	14.894,90	1.241,24
5º	Meleiro	7.080	126.403.948,21	17.853,67	1.487,81
6º	Maracajá	5.541	94.252.021,67	17.009,93	1.417,49
7º	São João do Sul	6.784	90.743.591,34	13.376,12	1.114,68
8º	Passo de Torres	4.400	62.370.430,37	14.175,10	1.181,26
9º	Timbé do Sul	5.323	59.865.052,96	11.246,49	937,21
10º	Santa Rosa do Sul	7.810	57.833.240,13	7.405,02	617,09
11º	Praia Grande	7.286	52.380.458,48	7.189,19	599,10
12º	Ermo	2.057	47.924.215,09	23.298,11	1.941,51
13º	<b>Morro Grande</b>	2.917	47.551.880,98	16.301,64	1.358,47
14º	B. Arroio do Silva	6.043	27.956.311,23	4.626,23	385,52
15º	B. Gaivota	5.450	24.210.480,21	4.442,29	370,19

Fonte: IBGE (2000); AMESC (2014).

\* Valor Adicionado - VA

Contudo, em 2014, houve um aumento considerável no VA do município. Deste modo, dos municípios pertencentes a Amesc, Morro Grande passou para a ocupar 4ª colocação. Isto se dá, também, por causa da influência da empresa no município. Se até 2006, o VA tinha como base a produção primária, a partir deste período, o abate e a fabricação de produtos de carne, equivalem a 63,6% do VA total. A produção primária, de 88% até 2006, baixou para 28,25%. Na tabela 8 que segue, se tem o número de habitantes de cada município da Amesc, com seu respectivo VA e renda per capita, com destaca-se para Morro Grande que possui uma das menores populações e com a renda per capita mais alta da Amesc.

Tabela 8 - Municípios da AMESC e suas colocações em 2014 a partir do Valor Adicionado (2015=100)

Posição	Municípios AMESC	Nº de Habitantes	VA* (R\$)	Renda Per Capita (a.a.) (R\$)	Renda Per Capita (a.m.) (R\$)
1º	Araranguá	61.310	1.053.376.441,83	17.181,15	1.431,76
2º	Sombrio	26.613	512.605.999,41	19.261,49	1.605,12
3º	Turvo	11.854	501.619.540,57	42.316,48	3.526,37
4º	<b>Morro Grande</b>	2.890	311.097.234,57	107.646,10	8.970,51
5º	Jacinto Machado	10.609	285.184.979,34	26.881,42	2.240,12
6º	Meleiro	7.000	233.479.743,99	33.354,25	2.779,52
7º	Maracajá	6.404	184.409.526,19	28.795,99	2.399,67
8º	São João do Sul	7.002	158.345.488,24	22.614,32	1.884,53
9º	Timbé do Sul	5.308	151.118.115,73	28.469,88	2.372,49
10º	Praia Grande	7.267	124.644.033,85	17.152,06	1.429,34
11º	Sta Rosa do Sul	8.054	101.570.712,34	12.611,21	1.050,93
12º	Ermo	2.050	95.067.393,87	46.374,34	3.864,53
13º	Passo de Torres	6.627	72.917.886,58	11.003,15	916,93
14º	B. Gaivota	8.234	51.871.016,93	6.299,61	524,97
15º	B. Arroio do Silva	9.586	45.445.026,85	4.740,77	395,06

Fontes: IBGE (2010); AMESC (2014).

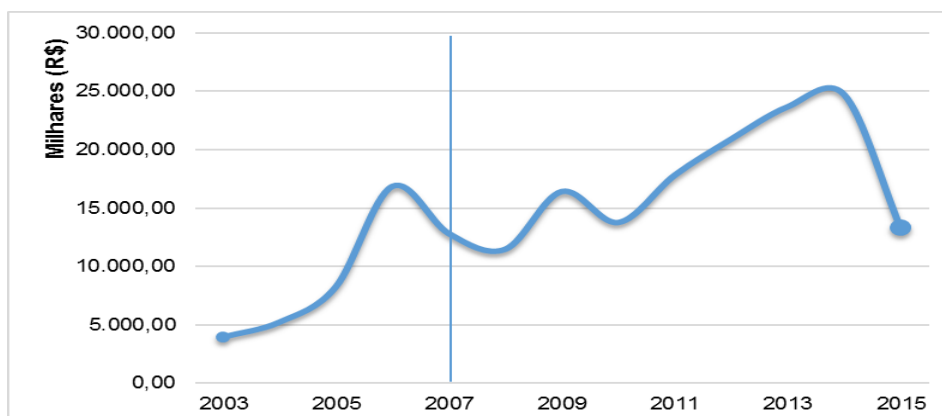
Após realizada uma breve respectiva do perfil socioeconômico do município de Morro Grande, no próximo item apresenta-se as análises sobre as receitas e os principais determinantes para sua elevação nos últimos anos.

#### 4.3 aspectos gerais da receita

Neste subitem, é abordado os tipos de receitas arrecadadas pelo município e suas origens. Com base no art. 11 da Lei 4.320/64, classifica-se a receita em duas categorias econômicas: receita corrente e receita de capital.

A receita corrente engloba a receita tributária, de serviços, patrimonial, contribuições, transferências correntes, entre outros. A partir da figura 2, abaixo, se verifica a participação da receita corrente, em que se verifica um comportamento oscilante.

Figura 2 - Demonstração da Receita Corrente (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)

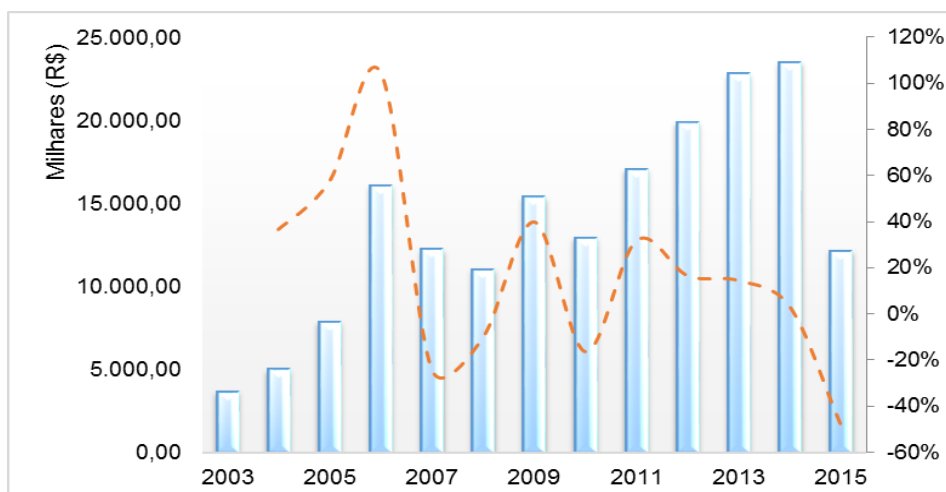


Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

A receita corrente, antes de 2006, não superava R\$ 7.000.000,00 ao ano, a partir deste ano, a receita corrente quase dobrou seu valor, conforme ilustra, a figura 2, acima. Na composição da receita corrente tem-se receita tributária (os impostos municipais cobrados: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Além das taxas de serviços e as contribuições de melhorias) que representa em média com aproximadamente 2,5% do total arrecadado.

A receita com maior participação na receita corrente, são as transferências correntes. A mesma engloba as transferências intergovernamentais, composta pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), entre outros. Já as transferências multigovernamentais, são compostas pelas transferências de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), por fim, as transferências dos convênios.

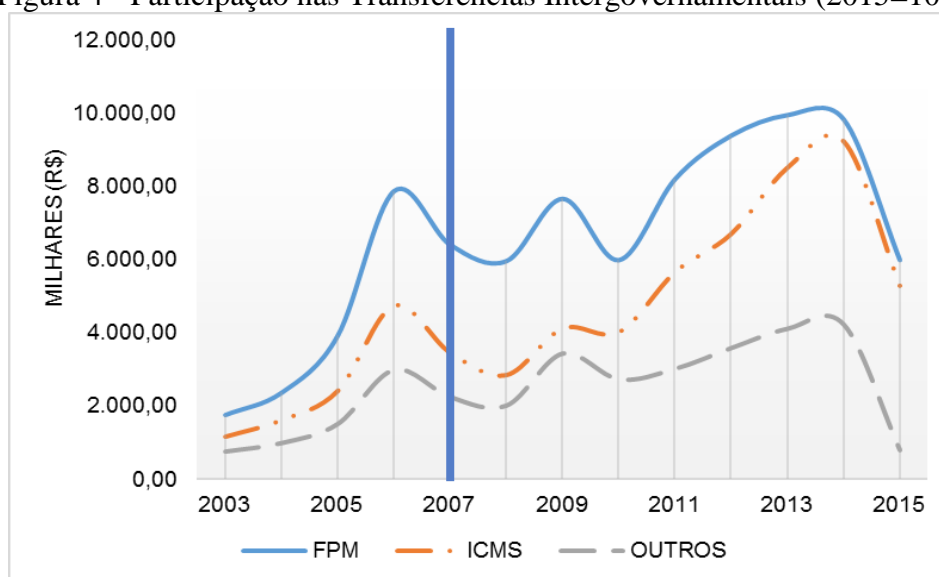
Figura 3 - Transferências Correntes (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

Com base na figura 3, acima, observa-se um comportamento oscilante até 2010, deste período em diante, teve um crescimento constante, mas, em 2015, com a crise econômica no País, se nota uma elevada queda. Isso pode ser verificado na figura 4, abaixo, nos repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Figura 4 - Participação nas Transferências Intergovernamentais (2015=100)



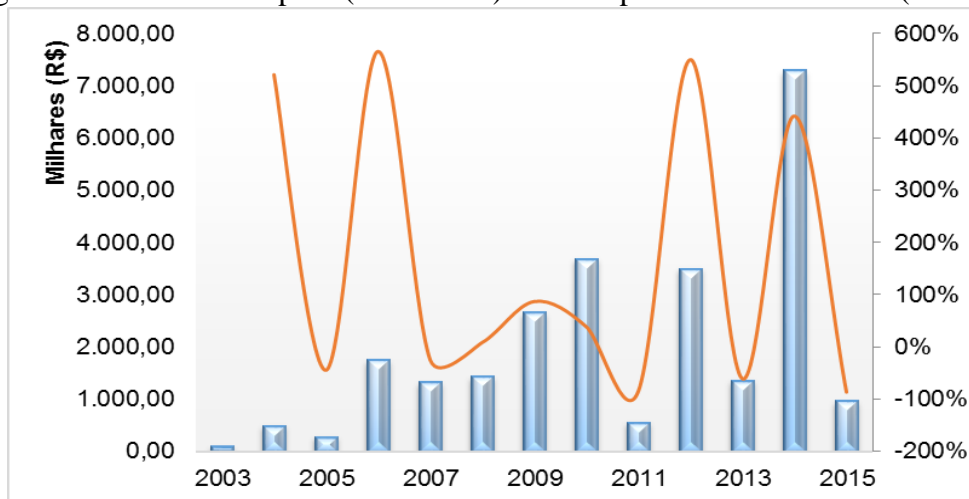
Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

Como ilustrado na figura 4, a principal receita do município continua sendo o FPM, seguido do ICMS. Contudo, é perceptível a aumento do ICMS a partir da instalação da empresa no município.

Outra receita importante é a de capital, sendo que sua principal fonte são as transferências de capital, equivalente as transferências de convênios. Entretanto, os convênios,

não são repasses constantes, dependem de recursos repassados por pessoas de direito público ou privado. A figura 5 apresenta a oscilação da receita de capital, percentuais e valores.

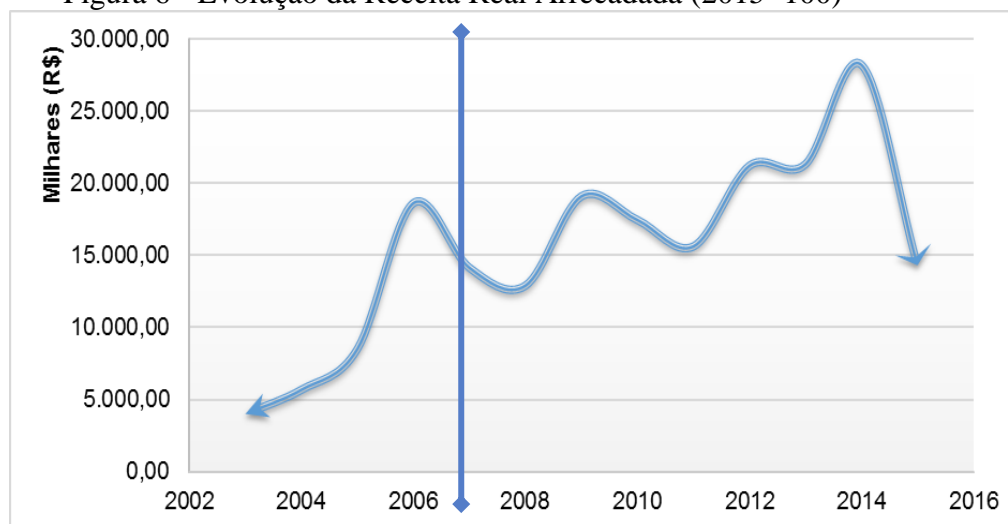
Figura 5 - Receita de Capital (2003-2015)– Município de Morro Grande (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

Na figura 6, abaixo, tem-se a receita total, em que se verifica oscilação, principalmente, como foi visto anteriormente na receita de capital.

Figura 6 - Evolução da Receita Real Arrecadada (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2002-2016). Elaboração própria.

Com a apresentação da receita total, é possível identificar a receita que mais influenciou no crescimento do total arrecadado. Ao se analisar estatisticamente a influência da empresa sobre a receita arrecadação do município foram utilizadas, conforme a tabela, a seguir, algumas funções estatísticas para testar a influência. Para esta comparação entre o antes e depois da instalação da agroindústria, a seguir, a tabela 9, mostra os dados a serem analisados.

Tabela 9 - Valores estatísticos e Teste t para Receita Arrecadada

Teste Estatístico	Antes da empresa (2003-2006)	Depois da empresa (2007-2015)
<b>Média</b>	R\$ 9.197.240,49	R\$ 18.234.903,87
<b>Mediana</b>	R\$ 7.090.272,01	R\$ 17.437.092,74
<b>Desvio Padrão</b>	R\$ 6.545.903,63	R\$ 4.830.081,14
<b>Valor de P</b>	0,007410984	

Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

Na tabela 9, se observa, tanto a média quanto a mediana obtiveram aumento após a instalação da empresa. Já o desvio padrão, representa a variação da receita em relação à média obtida. Destaca-se que a média antes da empresa, entre 2003 e 2006, era aproximadamente a metade da arrecadação da média obtida depois da instalação da mesma.

Para comprovar a afirmação de que a empresa influenciou na receita total do município, foi realizado o teste t. Este teste estatístico compara amostras distintas. Então, depois de realizado o teste, foi obtido o valor de 0,0074. Este valor, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, rejeita a afirmação que não houve variação na média entre os períodos antes e depois da instalação. Pois este valor resultante do teste t representa que houve variação na receita arrecadada. Desta forma pode-se afirmar que a empresa teve influência significativa sobre a receita do município, no período analisado.

#### 4.4 ASPECTOS GERAIS DA DESPESA

Entre as principais despesas do setor público, se destaca a despesa com pessoal, que tem grande impacto sobre os gastos do município. A sua elevação, acarreta a diminuição de investimentos em outros setores. O gasto com pessoal não deve exceder 60% da receita corrente líquida, seguindo o limite previsto no Inciso I, II e III, Art. 20 da LRF. A seguir, a tabela 10 apresenta os valores gastos entre 2003 e 2015.

Tabela 10 - Gasto com Pessoal (2015=100)

Ano	Gasto Real (R\$)	Variação (a.a.) %	RCL* (R\$)	Variação (a.a.) %	% do Total da Despesa
<b>2003</b>	1.481.894,88	-	4.160.926,57	-	35,61
<b>2004</b>	2.066.129,91	39	5.576.389,68	34	37,05
<b>2005</b>	3.422.308,36	66	8.871.381,54	59	38,58
<b>2006</b>	6.309.824,28	84	19.907.841,27	124	31,70
<b>2007</b>	5.070.087,25	-20	12.816.972,66	-36	39,56
<b>2008</b>	4.533.871,57	-11	11.468.201,36	-11	39,53
<b>2009</b>	6.409.854,09	41	16.431.995,40	43	39,01
<b>2010</b>	5.530.518,90	-14	13.769.909,17	-16	40,16
<b>2011</b>	5.689.581,94	3	15.070.762,38	9	37,75
<b>2012</b>	8.156.666,76	43	17.715.122,34	18	46,04
<b>2013</b>	9.689.919,10	19	20.272.972,14	14	47,80
<b>2014</b>	10.001.721,79	3	20.905.933,63	3	47,84
<b>2015</b>	6.490.222,83	-35	13.333.091,17	-36	48,68

Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria. \*Receita Corrente Líquida (RCL)

Conforme a tabela 10, a Prefeitura respeita ao limite constitucional. Nota-se também que, a variação entre o gasto real e a RCL são proporcionais, pois, quando há redução na receita corrente líquida, há também redução no gasto real e assim o contrário também é verídico, quando aumenta a RCL, o gasto real com pessoal também aumentam.

Outra despesa com grande impacto sobre as receitas é educação. Tanto na Constituição Federal, como na LRF existe a obrigatoriedade de aplicar 25% de sua receita de impostos. É incluído no cálculo da receita de impostos, os próprios impostos, o FPM, ITR, o ICMS, o IPVA, o IPI Exportação, a Dívida Ativa, e por fim, as Multas e juros de impostos.

Tabela 11 - Despesa com Educação e seu percentual de aplicação (2015=100)

Ano	Despesa Real com Educação (R\$)	Receita de Impostos (R\$)	% da Receita de Impostos
2003	1.207.894,02	3.684.731,10	32,78%
2004	1.709.102,49	4.900.938,00	34,87%
2005	2.303.898,84	7.850.092,78	29,35%
2006	4.681.173,29	15.748.254,42	29,73%
2007	3.770.182,11	11.298.197,30	33,37%
2008	3.302.178,85	11.210.872,43	29,46%
2009	4.804.747,89	15.404.193,02	31,19%
2010	3.884.496,60	13.223.936,10	29,37%
2011	4.849.641,87	14.600.329,71	33,22%
2012	5.503.971,23	17.029.085,39	32,32%
2013	5.985.042,61	19.435.801,65	30,79%
2014	6.266.120,70	20.228.909,10	30,98%
2015	3.868.400,59	12.536.700,08	30,86%

Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande; Tribunal de Contas do Estado (Educação) (2003-2015).

Para efeito de cálculo, na tabela 11, acima, é possível observar que o município tem cumprido os 25% exigidos pela legislação, ficando em média 31%, índice acima do exigido.

Tabela 12 - Despesa com Saúde e seu percentual de aplicação (2015=100)

Ano	Despesa Real com Saúde (R\$)	Receita de Impostos (R\$)	% da Receita de Impostos
2003	571.923,73	3.684.731,10	15,52
2004	805.527,49	4.900.938,00	16,44
2005	1.380.579,99	7.850.092,78	17,59
2006	2.715.423,22	15.748.254,42	17,24
2007	2.141.639,77	11.298.197,30	18,96
2008	2.036.071,95	11.210.872,43	18,16
2009	2.854.154,15	15.404.193,02	18,53
2010	2.330.183,28	13.223.936,10	17,62
2011	2.663.478,74	14.600.329,71	18,24
2012	3.288.714,80	17.029.085,39	19,31
2013	3.659.517,11	19.435.801,65	18,83
2014	3.847.697,00	20.228.909,10	19,02
2015	2.290.567,49	12.536.700,08	18,27

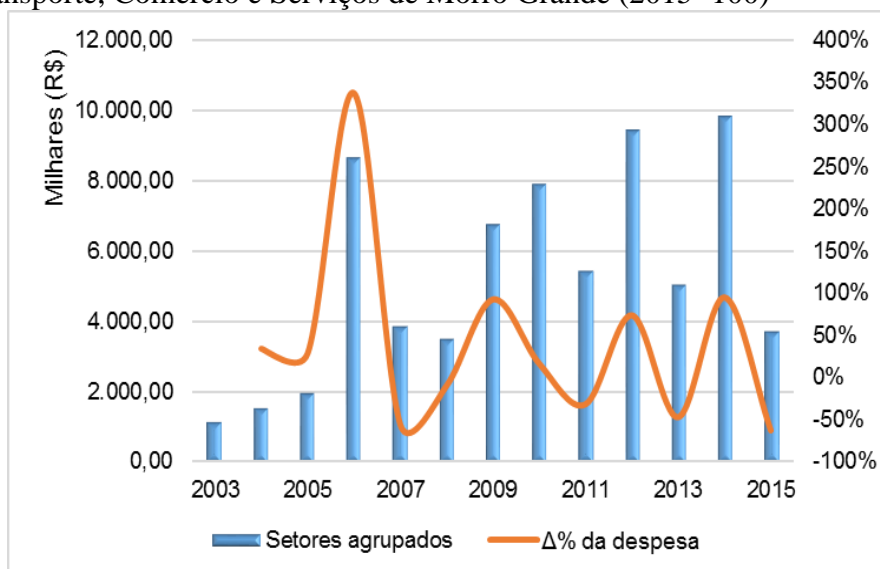
Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande; Tribunal de Contas do Estado (Saúde) (2003-2015).



Assim como a educação, a saúde também tem exigência mínima de 15% nos gastos sobre a receita de impostos, conforme a LRF. Na tabela 12, apresentada acima, observa-se na terceira coluna de dados que o município desde 2003 cumpre os 15% mínimos exigidos para a área. No ano de 2003, na tabela apresentada acima, é observável que é o menor valor gasto na saúde. Porém, se for analisar cada gasto, é possível identificar que o gasto com contratação de pessoal é de 34%, equivalendo à R\$ 197.162,70. Lembrando que, neste ano a área de desenvolvimento social estava integrada à secretaria de saúde, porém não está nos valores colocados na tabela. Na despesa com a área social neste mesmo ano foi de R\$ 181.985,94, sendo um pouco mais de 30% da despesa total. No ano de 2006, teve a construção de uma unidade de saúde em uma comunidade do município de Morro Grande, custando o valor real de R\$ 486.946,18.

A seguir, na figura 7, são apresentados os gastos dos setores da agricultura, meio ambiente, indústria, urbanismo, transporte, comércio e serviços. Diferentemente dos gastos com a educação e a saúde, esses setores não tem uma exigência mínima pela legislação para o gasto. Na figura 7, que segue abaixo, pode ser visualizada a variação desses gastos. Observando que até 2010, todos estes setores faziam parte da mesma secretaria, o que seria difícil analisar individualmente. Então, foram unificados os setores em um só cálculo demonstrado pelo gráfico que segue.

Figura 1- Despesa real com a Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Urbanismo, Transporte, Comércio e Serviços de Morro Grande (2015=100)

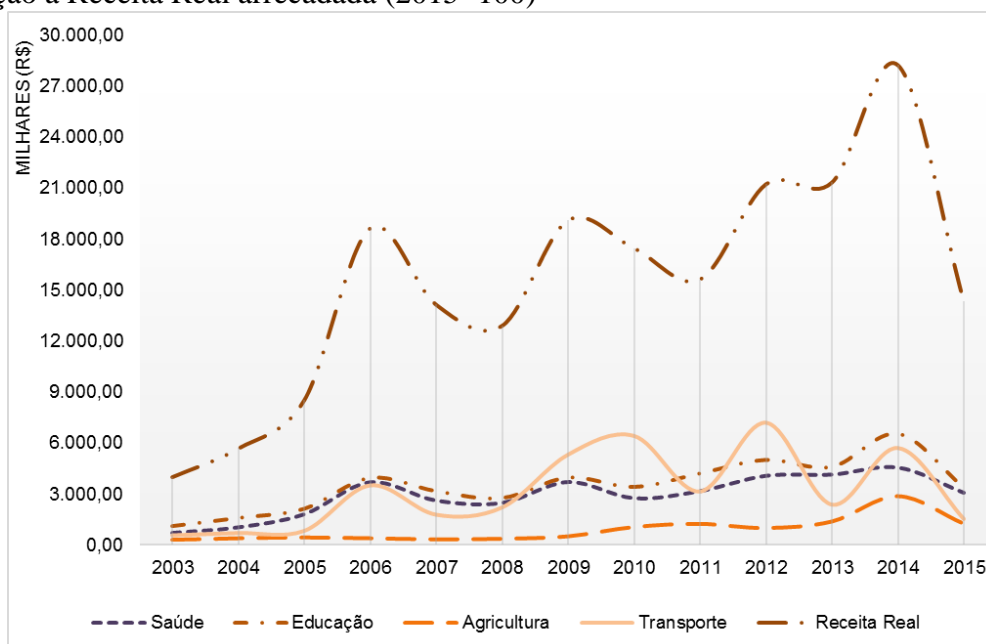


Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015).

Na figura 7, se verifica que o ano de 2006 foi um ano com grandes gastos, isso se explica por ser o ano da construção da unidade industrial para instalação da empresa, no valor

real de R\$ 1.494.705,08. Além das despesas com a compra do terreno, no valor de R\$ 824.036,62. Esses gastos representaram para os cofres públicos em 2006, 27% das despesas para o setor. Na figura 8, foram agrupadas as principais despesas, já apresentadas individualmente, agora numa única figura que segue abaixo.

Figura 2 - Comparação entre os setores da Educação, Saúde, Agricultura e Transporte e Obras em relação a Receita Real arrecadada (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015).

Nota-se na figura 8, que dos quatro setores apresentados, o que menos recebeu investimento foi a agricultura. Porém, há diversos outros setores que não estão postos na figura que receberam investimentos, mas em proporção menores.

Cabe ressaltar que nos anos eleitorais as despesas com transporte e obras tiveram seu pico de gastos. Ou seja, nesses anos são investidos mais em estradas e infraestrutura, assim, como também se observa aumento de receitas em anos eleitorais, isso é indiferente se a eleição é estadual ou municipal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação atual da maioria dos municípios brasileiros é o endividamento, caso distinto no município de Morro Grande. Como foi visto no decorrer do artigo, antes da instalação da empresa, prevalecia atividades econômicas vinculadas ao setor primário, principalmente, o arroz e o fumo, depois o setor secundário passou a predominar. Em termos de VA, o município passou do 13º lugar para 4º posição na Região da Amesc.

Embora com a instalação da empresa o município tenha tido grande impacto na receita, o efeito multiplicador para a economia de Morro Grande aparentemente não foi na mesma proporção. Em termos de geração de emprego, a empresa contrata a maioria de seus funcionários de outras cidades da região da Amesc e Amrec. Neste sentido, pode-se deduzir que as pessoas não gastam a sua renda município, mas em suas cidades de origem. Até mesmo a população beneficiada, direta ou indiretamente com a empresa gasta sua renda em outros municípios da região. Isso ocorre, também, com a maioria das compras municipais, por que o comércio local não consegue atender a demanda. Além das compras do município que são realizadas em outras cidades, há também o caso da indústria, que busca em outros municípios a maioria dos insumos necessários para a produção.

Todavia, se ressalte que a população tenha se beneficiado com a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos. Contudo, no município, ainda, sofre com a migração de sua população, principalmente de jovens para outras cidades da região, em busca de melhores oportunidades de empregos.

Como o objetivo deste artigo foi analisar o impacto do aumento da receita sobre os gastos. O FPM é a principal receita do município, seguida pelo ICMS, - esta tem como principal fonte a empresa. Quanto à despesa com educação, se verificou que o número de alunos matriculados na rede pública tem diminuído, porém os investimentos realizados em melhorias nas escolas têm aumentado. Assim, também aconteceu na área da saúde, se verificou grandes investimentos. No entanto, os gastos de grande impacto foram realizados na infraestrutura, como asfaltamento de estradas, melhorias dos espaços públicos e compras de maquinário e equipamentos para prefeitura.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão de finanças públicas:** fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3.ed. Brasília, DF: Gestão Pública Editora e Treinamentos Sociedade Ltda, 2013. 648 p.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE (AMESC). **Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC.** Disponível em: <<http://www.cisamesc.com.br/#>>. Acesso em: 16 Mar. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar. Ano de 2012. Disponível

em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421125&idtema=117&search=santa-catarina|morro-grande|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>>. Acesso em: 28 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar. Ano de 2009. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421125&idtema=2&search=santa-catarina|morro-grande|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2009>>. Acesso em: 28 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. População Rural e Urbana. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421125&idtema=67&search=santa-catarina|morro-grande|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios->>. Acesso em: 22 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=4211256>>. Acesso em: 22 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Revisão do projeto de pesquisa mensal de emprego. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet3.shtm>>. Acesso em: 28 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. População Residente. Censo Demográfico de 2000. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13\\_1.shtm&paginaatual=1&uf=42&letra=A](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=42&letra=A)>. Acesso em: 07 Jun. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101/00.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 21 Mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.320/64.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)>. Acesso em: 16 Mar 2016.

BRASIL. **Ministério da Fazenda.** Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em:<<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ReceitaInternet2005.pdf>>. Acesso em 25 Mar. 2016.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União.** Convênios e outros repasses. 5ª.ed. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo, 2014. 80 p. Disponível em:<[http://www.participa.br/articles/public/0008/4231/Convenios\\_TCU\\_5edicao.PDF](http://www.participa.br/articles/public/0008/4231/Convenios_TCU_5edicao.PDF)>. Acesso em: 21 Abr. 2016

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem Matemática para Psicologia.** 5. ed., Porto Alegre: Penso, 2013. 601 p. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=Ubo3AgAAQBAJ&pg=PA600&lpg=PA600&dq=teste+t+blanchard&source=bl&ots=w76RH2UpjV&sig=yE3aH4MA1-9A5U3RJ1dlFEf5VV4&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi8j9T09aXNAhUHk5AKHXzbBtkQ6AEIPTAF#v=snippet&q=compara%C3%A7%C3%A3o%20&f=false>>. Acesso em 13 Jun. 2016

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 11.ed São Paulo: Ed. Atlas, 2002. 314 p.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças públicas:** teoria e prática no Brasil. 2. ed. rev., atual Rio de Janeiro: Campus, 2000. 475 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. 277 p.

MATIAS, Alberto Borges; CAMPELLO, Carlos A. G. B. **Administração financeira municipal.** São Paulo: Atlas, 2000. 413p.

OLIVEIRA, Júlio Cesar. **Os reflexos na economia de Morro Grande/SC a partir da instalação da tramonto agroindustrial S.A.** Criciúma: TCC Curso de Economia – UNESC, 2010. 52 p.

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas:** a política orçamentária no Brasil. 2.ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2003. 254 p.

PETERNELLI, Luiz A. **Teste de Significância.** 2004. 77-88 p. Disponível em:<<http://www.dpi.ufv.br/~peterneli/inf162.www.16032004/materiais/CAPITULO6.pdf>>. Acesso em 08 Jul. 2016

PINHEIRO, José Maurício. **Da iniciação científica ao TCC:** uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. xv, 161 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE. Departamento de Contabilidade. **Demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades.** PMMG, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SANTA CATARINA. Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense. Disponível em:<<http://www.amesc.com.br/municipios/index.php?show=detalhes&municipio=119>>. Acesso em: 29 Fev. 2016.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. Dados Valor Adicionado (Downloads). Disponível em:<<http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/diat/valor-adicionado-por-munic%C3%ADpio-e-atividade>>. Acesso em: 02 Mar. 2016.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. Morro Grande. Gastos com Educação. Disponível em:<[http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-educacao&nu\\_ano=2014SFI&id=421125&id\\_modalidade=0](http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-educacao&nu_ano=2014SFI&id=421125&id_modalidade=0)>. Acesso em: 14 Mar. 2016.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. Morro Grande. Gastos com Saúde. Disponível em:<[http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-saude&nu\\_ano=2014SFI&id=421125&id\\_modalidade=0](http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-saude&nu_ano=2014SFI&id=421125&id_modalidade=0)>. Acesso em: 18 Mar. 2016.

SANTOS, Clezio Saldanha. **Introdução à gestão pública.** São Paulo: Saraiva, 2006. 156p.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. **Finanças públicas.** 2.ed São Paulo: Atlas, 2001. 382 p.